

## RESOLUÇÃO MPC-MG Nº 11/2014 – TEXTO COMPILADO

[Texto Original \(Acesse aqui\)](#)

[Texto Atualizado Completo \(Acesse aqui\)](#)

*Dispõe sobre a distribuição e redistribuição de processos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como do procedimento a ser adotado nas hipóteses de prevenção, afastamento temporário ou vacância do cargo de Procurador e de sucessão do Procurador-Geral.*

Considerando as competências atribuídas ao Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão administrativo e deliberativo máximo instituído por força do art. 31-A da Lei Complementar estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008, e suas alterações; do art. 12, inciso XIII, da Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; do art. 21, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 34, de 12 de setembro de 1994;

considerando a necessidade de disciplinar a distribuição e a redistribuição de processos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais;

considerando a necessidade de disciplinar o procedimento a ser adotado na distribuição e redistribuição de processo, nas hipóteses de prevenção, afastamento temporário ou vacância do cargo de Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais;

considerando, por fim, a necessidade de disciplinar o procedimento de distribuição e redistribuição processual na hipótese de sucessão do Procurador-Geral, nos termos do art. 31 da Lei Complementar estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008, e suas alterações;

o Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, no exercício de sua competência legal, RESOLVE:

### Capítulo I

#### Das Disposições Gerais Seção I

##### Da Distribuição, Redistribuição e Prevenção

**Art. 1º** A distribuição processual aos Procuradores ocorrerá imediata, automática, aleatória e alternadamente, por natureza de processo, mediante sorteio eletrônico, quando do ingresso dos autos no Ministério Público de Contas.

§1º [\(Revogado pelo art. 2º da Resolução MPC-MG nº 26/2022, de 04/08/2022\)](#)

a) [\(Revogado pelo art. 2º da Resolução MPC-MG nº 26/2022, de 04/08/2022\)](#)

b) [\(Revogado pelo art. 2º da Resolução MPC-MG nº 26/2022, de 04/08/2022\)](#)

c) [\(Revogado pelo art. 17 da Resolução nº 14/2019, de 18/12/2019\)](#)

d) [\(Revogado pelo art. 1º da Resolução MPC-MG nº 12/2014\).](#)

e) [\(Revogado pelo art. 17 da Resolução nº 14/2019, de 18/12/2019\)](#)

**§2º** O incidente de inconstitucionalidade é de atribuição do Procurador responsável pelo processo em que foi suscitado.

**§3º** A distribuição e a redistribuição processual serão norteadas pela publicidade e pelas regras de prevenção, devendo constar do Sistema de Gestão e Administração de Processos – SGAP –, ou de sistema que o suceda, o nome do Procurador ao qual o processo foi distribuído ou redistribuído, mantido o histórico das distribuições.

**§4º** A distribuição e a redistribuição de processos serão publicadas nominalmente por Procurador e por natureza processual no Diário Oficial de Contas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da sua ocorrência.

**§5º** A Secretaria do Ministério Público de Contas publicará, mensalmente, a distribuição e a redistribuição de processos no Diário Oficial de Contas até o quinto dia útil do mês subsequente, devendo constar o nome do Procurador, o grupo de natureza processual e o respectivo quantitativo de processos.

**Art. 2º** Considera-se prevento o Procurador que primeiro se manifestar no processo.

**§ 1º** No caso de processos cujos objetos sejam conexos ou continentes, apensados ou não, considera-se prevento o Procurador que primeiro se manifestar em qualquer um deles, mesmo que este já tenha sido julgado no momento da distribuição do outro, ou ainda, o Procurador que primeiro receber a distribuição de qualquer deles, caso não haja manifestação.

**§2º** A manifestação oral em sessão não gera prevenção.

**§3º** Verificada a prevenção, o Procurador deverá declinar de sua atribuição e determinar à Secretaria do Ministério Público de Contas a redistribuição ao Procurador considerado prevento.

**§4º** Havendo conflito negativo de atribuições, o Procurador que recebeu a redistribuição deverá encaminhar os autos com manifestação fundamentada ao Procurador-Geral, que decidirá.

**§5º** Havendo conflito positivo de atribuições, o Procurador que não recebeu a distribuição deverá encaminhar manifestação fundamentada, a ser juntada nos autos, para posterior decisão do Procurador-Geral.

**§6º** Das decisões do Procurador-Geral nos casos dos §§ 4º e 5º, cabe recurso ao Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas.

**§7º** O conflito de competência envolvendo Procurador e o Procurador-Geral será resolvido pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas.

**§8º** O disposto neste artigo aplica-se tanto a processos do Tribunal de Contas quanto a notícias de irregularidade, procedimentos preparatórios e inquéritos civis do Ministério Público de Contas.

**Art. 3º** Na hipótese de impedimento ou suspeição, o Procurador considerado impedido ou suspeito deverá manifestar-se fundamentadamente, solicitando a redistribuição do processo, que se dará de forma aleatória, observada a compensação.

**§1º** A fundamentação será dispensada no caso de suspeição por motivo de foro íntimo.

**§2º** Na hipótese de impedimento ou afastamento do Procurador-Geral, aplicar-se-á o disposto no § 2º do art. 31 da Lei Complementar estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008, e suas alterações.

**§3º** Na hipótese de suspeição do Procurador-Geral, aplicar-se-á o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, e suas alterações.

**Art. 4º** A redistribuição de processos para Procuradores ocorrerá mediante a compensação entre processos do mesmo grupo de natureza processual.

**§1º** Para fins de compensação, serão considerados os processos que ingressarem no Ministério Público de Contas para manifestação.

**§2º** Não haverá compensação de processos redistribuídos ao Procurador-Geral em razão de sua competência privativa.

**§3º** Os processos que reingressarem no Ministério Público de Contas com a preexistência de manifestação de Procurador prevento não serão objeto de nova distribuição ou compensação.

**§4º** Observar-se-á a compensação de processos nos casos de redistribuição por prevenção, impedimento ou suspeição, exceto quanto aos distribuídos ou redistribuídos ao Procurador-Geral.

**§5º** A compensação de processos no âmbito do Ministério Público de Contas será realizada por grupos de natureza processual semelhantes, que deverão ser definidos em ato do Colégio de Procuradores. **Art.**

**5º** Os procedimentos de distribuição e redistribuição poderão ser impugnados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação de que trata o § 4º do art. 1º desta Resolução, por manifestação do Procurador sorteado para atuar no feito, sob pena de preclusão, mediante requerimento escrito ao Procurador-Geral, que decidirá fundamentadamente a respeito.

**§1º** Da decisão a que se refere o *caput* caberá recurso ao Colégio de Procuradores.

**§2º** Os erros materiais de distribuição e redistribuição serão objeto de retificação de ofício pelo Procurador-Geral ou por provocação formal do Procurador sorteado para atuar no feito.

## **Seção II**

### **Das Hipóteses de Afastamento Temporário ou Vacância do cargo de Procurador**

**Art. 6º** Na hipótese de afastamento de membro do Ministério Público de Contas por período igual ou inferior a 60 (sessenta) dias, o Procurador afastado será substituído por outro que tenha assento nas sessões de julgamento do mesmo órgão colegiado do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o qual atuará cumulativamente com suas atribuições regulares.

**Parágrafo único.** Por necessidade ou conveniência do serviço, o Procurador-Geral poderá designar Procurador substituto diverso do mencionado no *caput*, observado, sempre que possível, o sistema de rodízio.

**Art. 7º** Na hipótese de afastamento de membro do Ministério Público de Contas por período superior a 60 (sessenta) dias, o Procurador-Geral designará Procurador, em regime de rodízio, para períodos de 30 (trinta) dias, o qual atuará cumulativamente com suas atribuições regulares.

**§1º** O período de cumulação a que se refere o *caput* poderá ser prorrogado uma vez, por até 30 dias.

**§2º** O disposto no *caput* não se aplica à hipótese de afastamento de membro para assumir a condição de Procurador-Geral do Ministério Público de Contas.

**Art. 8º** Na hipótese de vacância do cargo de Procurador do Ministério Público de Contas, o Procurador-Geral designará outro, em regime de rodízio, para períodos de 30 (trinta) dias, o qual atuará cumulativamente com suas atribuições regulares.

**Art. 9º** Nas hipóteses de cumulação por afastamento ou vacância, não haverá prevenção do Procurador nem interrupção da distribuição processual.

### **Seção III**

#### **Da Hipótese de Sucessão do Procurador-Geral**

**Art. 10.** Na hipótese de sucessão do Procurador-Geral a que alude o art. 31 da Lei Complementar estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008, os processos de sua competência privativa serão redistribuídos imediatamente ao novo Procurador-Geral empossado.

**Parágrafo único.** Não se aplicam na sucessão da Procuradoria-Geral os institutos da prevenção e da compensação nos processos de atribuição privativa do Procurador-Geral.

**Art. 11.** Os processos distribuídos ao Procurador investido no cargo de Procurador-Geral até a data da sua posse nesse cargo serão redistribuídos ao Procurador-Geral sucedido, que atuará em todos os processos em que aquele funcionou ou deveria ter funcionado.

**§1º** Os processos que estiverem localizados no Ministério Público de Contas serão imediatamente redistribuídos ao Procurador-Geral sucedido.

**§2º** Os processos que estiverem localizados fora do Ministério Público de Contas serão redistribuídos ao Procurador-Geral sucedido quando de seu reingresso.

**§3º** Cessado o mandato do Procurador-Geral, os processos em que houver se manifestado anteriormente à posse nesse cargo observarão as regras de prevenção, não gerando compensação.

### **Capítulo II**

#### **Das Disposições Finais**

**Art. 12.** Aplica-se o disposto no inciso XV do art. 119 da Lei Complementar estadual nº 34, de 1994, às cumulações previstas nesta Resolução.

**Art. 13.** O parágrafo 2º do art. 1º da Resolução nº 7, de 21 de novembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: “§ 2º - Na hipótese de existência de procedimento no Ministério Público de Contas ou no Tribunal de Contas versando sobre o mesmo assunto, a informação ou documentação será distribuída ao Procurador responsável pelo procedimento, mesmo que ainda não haja manifestação ministerial nos autos, observada a devida compensação.”

**Art. 14.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Art. 15.** Ficam revogadas as Resoluções CPMPC nº 01, de 24 de fevereiro de 2010, MPC-MG nº 03, de 05 de dezembro de 2011, MPC-MG nº 04, de 02 de julho de 2012, MPC-MG nº 06, de 13 de julho de 2013, e demais disposições em contrário.

**Art. 16.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.